REVISTA

Vol. 01 I N. 01 I Outubro de 2018

Território Social

Educação Permanente

Compartilhando saberes, modificando a realidade

+

Entrevistas:
EaD nas escolas de governo
e livros, uma história de amor

Intersetorialidade:
Inovação pela garantia de direitos

Interdisciplinaridade:
Gestão educacional

GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Social

"Se a EDUCAÇÃO sozinha
não TRANSFORMA a sociedade,
sem ela tampouco
a SOCIEDADE muda."
Paulo Freire

A **Revista Território Social** é resultado de um processo de trabalho que valoriza a educação permanente e, por conseguinte, a melhoria contínua da qualidade da oferta dos programas, serviços e benefícios na política de assistência social. Elaborada com foco nas ações da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds) e na interlocução com os atores sociais da rede socioassistencial no território paulista, é a primeira publicação no formato *revista* lançada pela Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp), com a colaboração direta das áreas técnicas da Seds.

O convite de boas-vindas à leitura inicia-se pela matéria de capa, que traz o conceito e as práticas de educação permanente no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), traçando um panorama das estratégias desenvolvidas no Estado de São Paulo, com o objetivo de aprimorar a gestão do Sistema e qualificar suas atenções.

O aspecto da educação permanente, que tem lugar de excelência nesta publicação, constitui-se na experiência do trabalho como campo de construção do saber, de sentidos e significados, a fim de fortalecer a política de assistência social e suas interfaces com as políticas intersetoriais de segurança alimentar e sobre drogas.

A Edesp, vinculada à Seds, tem propiciado espaços de formação que possibilitam a reflexão, o debate, a troca de saberes e o acesso ao conhecimento, a favor de uma educação transformadora dos processos de trabalho e das práticas profissionais.

Na **Revista Território Social** temos, também, uma entrevista com um especialista em Educação a Distância no setor público, artigos e relatos de experiências de políticas intersetoriais da Seds, com inovações nas proteções sociais dirigidas à primeira infância e ao idoso, à segurança alimentar e à política sobre drogas.

Contamos, ainda, com textos sobre interdisciplinaridade, proteção social e gestão estratégica, com destaque para o Portal Social, além de apresentar todas as áreas que atuam na política estadual de assistência social em São Paulo.

Educação permanente é compartilhar experiências, aprendizados e conhecimento. Este é o lema da Edesp, agora materializado nesta publicação.

Boa leitura!

Gilberto Nascimento Júnior

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social

Índice

05 EDUCAÇÃO PERMANENTE
Conceitos ▪ Linha do Tempo

10 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
EaD no Setor Público

12 INTERSETORIALIDADE
Política sobre Drogas ▪ Política de Segurança Alimentar ▪ Envelhecimento ▪ Criança Feliz e São Paulo Amigo do Idoso

21 INTERDISCIPLINARIDADE
Gestão Educacional ▪ Biblioteca EDESP/ Entrevista: José Xavier Cortez

26 PROTEÇÃO SOCIAL
Assistência Social e a Proteção Social

29 GESTÃO ESTRATÉGICA
Portal Social

TERRITÓRIO SOCIAL

É uma revista semestral da Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds), com o objetivo de promover a interlocução com os profissionais da assistência social, das políticas intersetoriais e do meio acadêmico, com foco na educação permanente e continuada. É uma publicação técnico-científica indexada no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia pelo número internacional normalizado para publicações seriadas (International Standart Serial Number). ISSN-2595-7619. Os textos publicados nesta revista são de responsabilidade dos autores e não refletem, necessariamente, a opinião da Seds. Seu conteúdo é informativo e sua venda é proibida.
Secretaria de Desenvolvimento Social - Rua Bela Cintra, nº 1032-Cerqueira Cesar-São Paulo-SP-CEP 01415-000

EXPEDIENTE

Governador do Estado de São Paulo
Márcio França
Secretário de Estado de Desenvolvimento Social
Gilberto Nascimento Júnior
Secretário Adjunto
Paulo Roberto Bonjorno
Chefe de Gabinete
Edna Andrade de Souza

Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo

Coordenação
Marcio Alexandre Masella (Diretor Executivo)

Conselho Editorial
Marcio Alexandre Masella (Diretor Executivo)
André Luiz Machado de Lima (Diretor Técnico)
Claudia Barone Diniz (Diretora Técnica)
Fabio Bozzolan (Diretor Técnico)
Prof. Dr. Jerley Pereira da Silva (Ítalo)
Prof. Dr. Roberto da Silva (FEUSP)

Edição / Revisão
André Luiz Machado de Lima
Marcio Alexandre Masella

Equipe de Apoio / EDESP: Bruna de França Santos (Estagiária), Claudete Manoel dos Santos (Analista Sociocultural), Daniele Ribeiro da Silva (Instrutora Técnica), Edna Gomes da Costa (Instrutora Técnica), Igor Rebelo Torres da Silva (Instrutor Técnico), João Carlos Bertoni (Agente de Desenvolvimento Social), Marcia Rodrigues da Silva (Núcleo de Apoio Administrativo), Naiane do Nascimento Pereira (Instrutora Técnica), Sueli Aparecida Silvestre Silva Dias (Núcleo de Apoio Administrativo) e Tatiane Esteves Watanabe (Instrutora Técnica)

Convidados: Daniel Osterreicher Laporta, Edson Gonçalves Pelagalo Oliveira Silva, Elaine Cristina Silva de Moura, Gleuda Simone Teixeira Apolinario, João Rafael Calvo da Silva, Jerley Pereira da Silva, José Xavier Cortez, Mônica Vendrame, Rita de Cássia Quadros Dalmaso, Silvia R. Costa Salgado

Layout e Diagramação
Renata Colombini Puosso

Produção
Denise Maria Valsechi Pulici (DCI)

Crédito de Fotos
Luiz Vicente Pereira / 123RF

Impressão e Acabamento
Copbem Grafica e Editora Ltda.

Tiragem
2.000 exemplares

Educação Permanente

Na trilha da construção de saberes que transformam a realidade do trabalho

por André Luiz Machado de Lima e Cláudia Barone*

*André Luiz Machado de Lima

Mestre em Ciências da Comunicação, com ênfase em Ciências da Linguagem, pela Universidade de São Paulo (USP). Experiência em docência no terceiro setor e em universidade. É coordenador do Centro de Planejamento da Edesp.

*Cláudia Barone

Socióloga pela Universidade de São Paulo (USP). Experiência em metodologias de educação permanente. Coordenadora do Centro de Coordenação de Cursos da Edesp.

A estrutura educacional tradicional está fundada na concepção de que os saberes são hierarquizados e o conhecimento é transmitido pelo professor ao aluno meramente receptor. Em direção inversa, a educação permanente – cuja essência é o exercício da reflexão crítica no processo de ensino-aprendizagem – rompe com os modelos tradicionais de educar, sem separar as categorias *saber* do *fazer* nem apartar as pessoas que pensam, dirigem e planejam das que produzem, operam e implementam. Em outras palavras, a educação permanente não aceita a hierarquização de saberes e a fragmentação disciplinar do conhecimento.

A Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (PNEP/SUAS), aprovada pela Resolução CNAS Nº 04, de 13 de março de 2013, orienta-se nessa perspectiva. Resultante de um amplo processo de debate, pactuação e deliberação, envolveu gestores dos entes federados, entidades de classe, centrais sindicais, especialistas, instituições de ensino superior, trabalhadores, conselheiros e usuários, reafirmando os preceitos da gestão descentralizada, democrática e participativa do SUAS.

A PNEP/SUAS estabelece os princípios e as diretrizes para a concepção político-pedagógica da educação permanente na Assistência Social. Sua estrutura contempla duas dimensões: a dimensão dos processos de trabalho, da qual emergem a concretude das práticas multiprofissionais, e a dimensão pedagógica, da qual despontam processos continuados de capacitação e formação dirigidos aos profissionais do SUAS e das políticas correlatas, ou seja, que têm interface com o SUAS. É, portanto, uma política que traz grande contribuição ao aprimoramento da gestão do SUAS e à qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Renovação Contínua

O público da educação permanente do SUAS são todos os trabalhadores e trabalhadoras, os de ensino médio e superior, os gestores e agentes do controle social no exercício de suas competências e responsabilidades. Nesse cenário, a política de educação permanente tem de abraçar e enfrentar continuamente diversos desafios postos pelas demandas provenientes das práticas de trabalho no campo da política de Assistência Social.

Como responder às finalidades da educação permanente num contexto de problemas resultantes da educação formal? Como capturar permanentemente das práticas profissionais as novidades? O que se pode apreender das diferentes ações formativas, tais como encontros, seminários, oficinas, experiências nos

territórios? Como contribuir com o cotidiano da gestão e promover melhorias nos processos de trabalho? E como transformar tudo isso em conhecimento coletivo? São perguntas que devem permear constantemente a política pedagógica de educação permanente, cujo foco é o ensino problematizador e a aprendizagem significativa (interessada nas experiências anteriores e nas vivências pessoais dos educandos), que se apoiam na reflexão crítica da realidade.

Antes de tudo, é preciso entender que a educação permanente consiste em um "processo contínuo de atualização e renovação de conceitos, práticas e atitudes profissionais das equipes de trabalho e diferentes agrupamentos, a partir do movimento histórico, da afirmação de valores e princípios e do contato com novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis" (PNEP/SUAS, 2013, p. 34).

Esse processo é mediado pela problematização e reflexão sobre experiências, saberes, práticas e valores que orientam as ações dos sujeitos no trabalho ou na própria vida. Na educação permanente, compreende-se o trabalho como espaço de aprendizado e de compromisso com a mudança da realidade, conjugando as dimensões pedagógicas, política e ética. O pensamento crítico relacionado ao processo de aprendizagem também abarca o fazer e o pensar sobre o fazer, como pontua Paulo Freire (1996, p. 38).

A Política Nacional de Educação Permanente deve responder às demandas por qualificação na oferta de serviços socioassistenciais, na gestão e no controle social do SUAS. Representa os "anseios do conjunto de sujeitos envolvidos na construção desse Sistema, mas também de um ousado e arrojado modo de conceber e fazer a formação de pessoas para e pelo trabalho, visando à emancipação dos trabalhadores e dos usuários do Sistema" (PNEP/SUAS, 2013, p. 10).

Trabalho para transformação

No âmbito do SUAS, a Educação Permanente parte da reflexão sobre a realidade dos serviços e das necessidades existentes para então formular estratégias que ajudem a solucionar problemas. Seu papel é reconhecer a centralidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais relacionadas à gestão participativa e ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais, a fim de planejar e executar ações formativas baseadas na noção de percurso formativo.

Esse conceito propõe o desenvolvimento de competências profissionais com base nas necessidades e aspirações do trabalhador, aliadas às necessidades das funções e atividades que desempenha no SUAS, levando em conta as competências que já possui e aquelas que necessita desenvolver. Os percursos formativos que devem nortear o planejamento, a metodologia e a oferta das ações de formação e capacitação são a Gestão do SUAS, o Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais, e o Controle Social.

O planejamento, a oferta e a implementação de ações de formação e capacitação para o SUAS devem responder às questões, demandas, aos problemas e às dificuldades que emergem dos processos de trabalho e das práticas profissionais desenvolvidas pelos trabalhadores, conforme as duas principais finalidades da Política Nacional de Educação Permanente: desenvolver as competências necessárias e essenciais à melhoria contínua da qualidade da gestão do SUAS e do provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais; e modificar processos de trabalho e práticas profissionais inadequados ao atual paradigma da Assistência Social, entendida como política de direito não contributiva, inserida no âmbito da Seguridade Social.

A educação permanente constitui-se na experiência do trabalho como campo de construção do saber, de sentidos e significados, a fim de fortalecer a política de assistência social e suas interfaces com as políticas intersetoriais.

Referências

ALBUQUERQUE, Simone Aparecida e SILVA, Mônica Alves. "A educação permanente no SUAS: perspectivas e desafios". In: Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta/Organizador: José Ferreira da Crus. et al. - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - 1ª ed. - Brasília: MDS, 2014, 300 p.

BRASIL, Política Nacional de Educação Permanente do SUAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - 1ª ed. - Brasília: MDS, 2013, 57 p.

FERREIRA, Stela da Silva. "Educação Permanente: Diálogo comprometido com a direção ética do SUAS". In: In: Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta/Organizador: José Ferreira da Crus. et al. - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - 1ª ed. - Brasília: MDS, 2014, 300 p.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. 2° Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta/Organizador: José Ferreira da Crus. et al. - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - 1ª ed. - Brasília: MDS, 2014, 300 p.

Boas Práticas de Educação Permanente

Diretoria Regional de Franca

*Por Tatiana Roberta Borges Martins

O Grupo de Estudo e Capacitação Continuada dos Trabalhadores do SUAS (GECCATS) foi criado em 2009, na região de Franca, para fomentar encontros e trocas profissionais com foco na qualidade dos serviços e no aprimoramento dos processos de trabalho. A região de Franca é composta, predominantemente, por municípios de pequeno porte, onde a sensação de isolamento profissional é presente e os processos de capacitação são escassos.

O objetivo do GECCATS é propiciar um espaço de trocas de experiências, estudos e reflexões permanentes a respeito de legislações, documentos de orientação e processos de trabalho no SUAS. Os encontros regionais acontecem mensalmente e são desenvolvidos com temas específicos que buscam subsidiar a prática profissional no SUAS. O Grupo é constituído por gestoras(res) e técnicas(cos) dos CRAS, CREAS e de órgãos gestores dos municípios da região e da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (Drads) de Franca. Hoje em dia, o GECCATS conta com um regimento interno construído coletivamente, no qual se definem as condições necessárias para o cumprimento dos objetivos do grupo: participação, representação, forma de desenvolvimento dos temas, encontros regionais mensais, encontros descentralizados, comissões organizadoras, reuniões em sub-regiões, comunicação, avaliação, entre outros.

Para cada encontro, é instituída uma comissão organizadora em uma dinâmica de condução de atividades coletivas que já se traduz em processos democráticos de participação que agregam competência à prática profissional. Os assuntos discutidos nos encontros são definidos a partir das demandas e necessidades emergentes da prática profissional cotidiana. As ações de educação permanente executadas continuadamente pelo GECCATS, por meio de metodologia participativa, promovem a integração de trabalhadoras(es) dos municípios e do Estado, contribuindo para a horizontalidade da relação entre esses entes. Os encontros também integram trabalhadoras(es) da proteção social básica e especial, facilitando o exercício do trabalho de interproteção.

O GECCATS traz repercussões positivas para toda a região, pois os profissionais que atuam na assistência social ganharam um espaço no qual podem aprimorar conhecimentos e desenvolver um trabalho mais assertivo, que pode culminar na prestação de serviços com mais qualidade para os usuários. Por sua vez, a Drads de Franca executa o papel atribuído ao Estado de fomentar capacitações de educação permanente, com foco na atualização técnica, além de pactuar e disseminar conteúdos para os trabalhadores do SUAS.

*Tatiana Roberta Borges Martins

Assistente social graduada pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Franca). Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Atualmente é diretora técnica I do Núcleo de Avaliação e Supervisão da Drads de Franca.

Diretoria Regional do ABC

*Por Lucilene de Camargo Rocha

A Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (Drads) ABC, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds), desenvolve e fomenta, desde 2009, encontros sistemáticos que são verdadeiros espaços de construção de saberes. Inicialmente, as reuniões temáticas evolviam apenas os trabalhadores dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Em meados de 2014, ampliou-se a abrangência para os demais trabalhadores da Assistência Social, lotados nos diversos serviços, gestões e conselhos na região.

Os encontros são elaborados pelo Grupo Regional de Estudo e Trabalho da Assistência Social (Gretas) e se constituem como ambientes férteis para a troca de experiências e, principalmente, para a produção de conhecimentos na área da Assistência Social e Direitos Humanos.

O Gretas tem caráter dinâmico, propositivo e claramente formativo, mas destaca-se devido à sua natureza informal, aberta, democrática e, invariavelmente, acolhedora. Em função da diversidade de profissionais representados, da regularidade e do compromisso, os encontros utilizam metodologia dialógica em diversos formatos, conforme os princípios da educação permanente. Dessa forma, contribuem para o aperfeiçoamento, a qualificação, o aprimoramento e fortalecimento das práticas profissionais e, também, para a consolidação da política de Assistência Social nos municípios e na região.

Os temas abordados são escolhidos com base nas pautas de interesse trazidas pelos participantes ou nas situações-problema diagnosticadas em seus locais de trabalho. Os encontros são ofertados mediante oficinas específicas, presença de especialistas, estudo dirigido, material teórico e demais estratégias, por meio das quais o Gretas busca embasar a construção de alternativas e intervenções mais assertivas diante das demandas. Além dos encontros presenciais, o Gretas desencadeou um forte sentido de pertencimento, representatividade e identidade por parte dos envolvidos, possibilitando a aproximação entre seus membros, a articulação e a edificação de uma rede de interações que transcende o próprio calendário, que se retroalimenta e se apoia. As produções geradas são sistematizadas e socializadas com os municípios, proporcionando a todos os interessados o acesso aos conteúdos e constituindo um link de referências e consultas.

*Lucilene de Camargo Rocha

Assistente social especialista em Políticas Públicas e Direitos Humanos. Agente de Desenvolvimento Social na Drads ABC / Núcleo de Supervisão e Avaliação (Nuasu).

Educação permanente em São Paulo

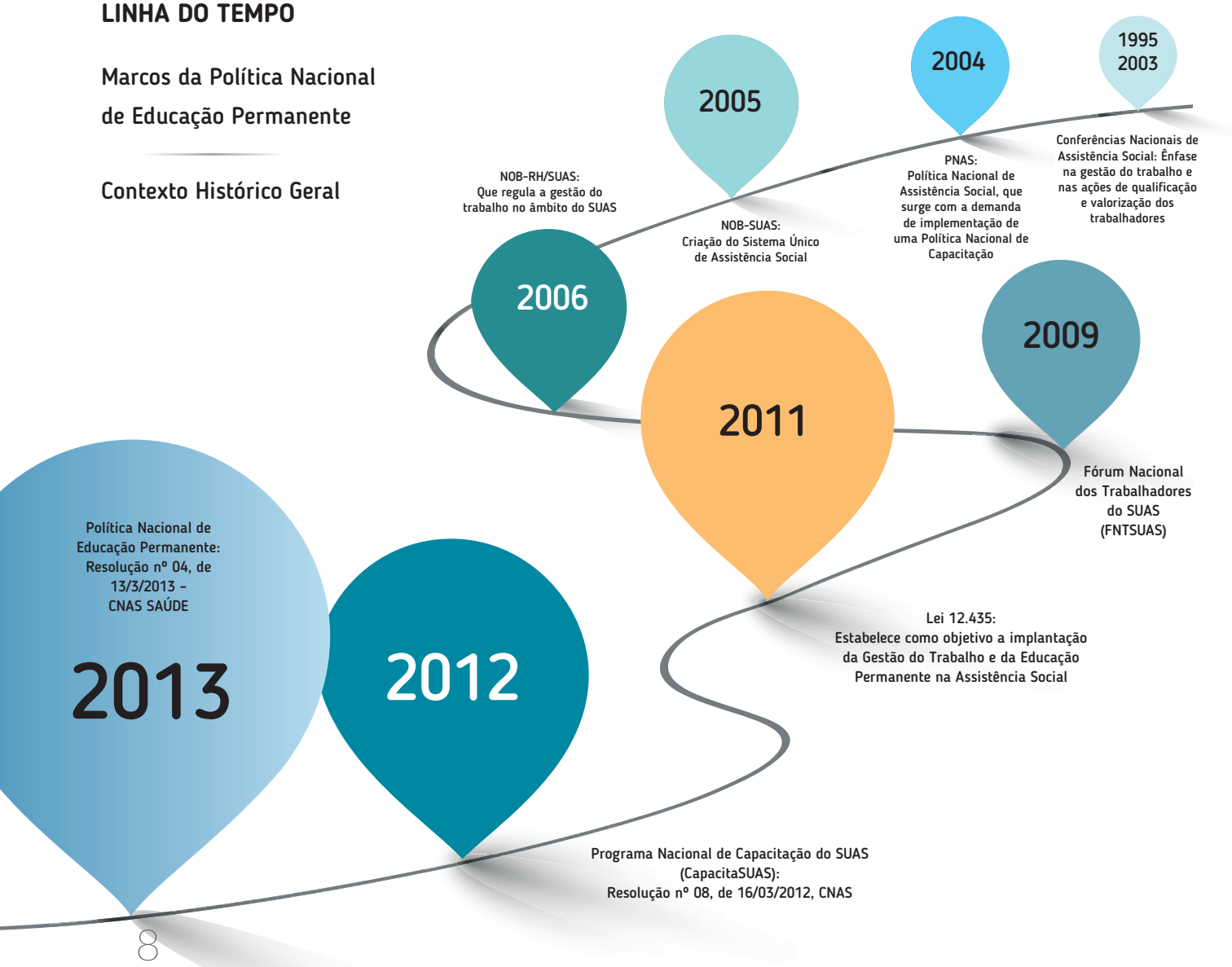
Tendo como marco a realização do CapacitaSUAS, a Edesp vem, desde 2016, investindo na implementação da Política de Educação Permanente, por meio de ações formativas nas regiões de São Paulo, como também pela institucionalização de mecanismos para este fim. Nesse processo, cabe citar a importância do "pacto federativo", que tem sido contemplado por meio dos diálogos, trocas e construção conjunta entre a Edesp, o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e os municípios de São Paulo.

Diante de um cenário com trabalhadores e trabalhadoras que reivindicam capacitação efetiva, com melhores condições de trabalho, ferramentas que aprimorem a prática cotidiana e apoio da gestão, conclui-se que o Estado tem um papel fundamental na formação desses trabalhadores do SUAS. Desta forma, pode-se dizer que a Edesp, representando este ente da federação, tem avançado à medida que problematiza e fomenta a Educação Permanente nas regiões de São Paulo, além de buscar novas metodologias de aprendizagem. A mais recente estratégia da escola é a Educação à Distância (EAD), que somada às ações presenciais, poderá contribuir para o alinhamento conceitual e agilizar os processos formativos, uma vez que

LINHA DO TEMPO

Marcos da Política Nacional de Educação Permanente

Contexto Histórico Geral



o estado tem dimensões demográficas consideráveis. Cabe ressaltar que as ações de EAD não descartam a importância dos espaços presenciais de troca, participação e debate, essenciais na Educação Permanente, mas potencializam o conhecimento do trabalhador na construção de soluções coletivas e colaborativas.

A Educação Permanente propõe princípios que são básicos para a efetivação de uma política pública transformadora, que prima pela valorização do trabalhador e seu processo de ação, que impacta diretamente na qualidade do atendimento prestado aos usuários. Nessa perspectiva, pode-se destacar que tais elementos também se fazem presentes na interface do SUAS com as demais políticas voltadas para as famílias em situação de vulnerabilidade social. Mais especificamente, na Seds, a Edesp tem representado um papel importante nesta interface, uma vez que atua de forma transversal atendendo às três políticas que compõem a Secretaria: Política de Assistência Social, Política sobre Drogas e Política de Educação Alimentar e Nutricional.

No processo de avanço e efetivação da Política de Educação Permanente, cabe destacar alguns marcos e ações significativas em âmbito nacional e particularmente em São Paulo. É a soma desses marcos que delineia, desafia e consolida uma política pública significativa, do ponto de vista do impacto que a atuação do trabalhador tem no atendimento dos usuários.

LINHA DO TEMPO

Marcos da Educação Permanente na Edesp

2012

CRIAÇÃO DA EDESP
Decreto Seds Nº 57.819, de 29/02/2012, cria e organiza, na Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds), a Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp)

TERMO DE ACEITE DO CAPACITASUAS
Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds) firma Termo de Aceite que formaliza as responsabilidades e os compromissos decorrentes do aceite do cofinanciamento para oferta do Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS)

2013

1º ENCONTRO A RENEP DO SUAS
I° Encontro Nacional da Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS, com o objetivo de lançar a RNEP SUAS, compartilhar informações e orientar sobre arranjos institucionais possíveis para execução CapacitaSUAS nos Estados

2016

CAPACITASUAS EM SÃO PAULO
Realizado em 22 polos regionais, abrangendo os 645 municípios de São Paulo e 2.109 educandos. Organizado em 3 cursos:
- Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS;
- Indicadores para Diagnóstico do SUAS;
- Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS.

CRIAÇÃO DO NUEP SUAS EM SÃO PAULO
Resolução Seds Nº 28, de 21/12/2016 – Institui o Núcleo Estadual de Educação Permanente do SUAS de São Paulo (NUEP SUAS / SP), com o fim de institucionalizar a perspectiva político-pedagógica e a cultura da Educação Permanente.

AGENDA ESTRATÉGICA DA EDESP
Apresentação da Agenda Estratégica da Edesp aos municípios, com foco na Política de Educação Permanente.

AVALIAÇÃO COLETIVA DA EXECUÇÃO DO CAPACITASUAS EM SÃO PAULO
Colaboradores:
- Coordenação Técnica da Edesp;
- Docentes trabalhadores da Seds;
- Coordenação Pedagógica do CapacitaSUAS em São Paulo;
- Fundap.

2017

DESDOBRAMENTOS DO CAPACITASUAS
Início do Assessoramento do estado no fomento e alinhamento da Política de Educação Permanente nas seguintes regiões e municípios: Grande ABC; Franca; Baixada Santista; Jundiaí; Campinas; Piracicaba, Bauru; São José do Rio Preto e Limeira.

EDESP NA RENEP / SUAS
Edesp é credenciada na Rede Nacional de Educação Permanente do SUAS (RENEP / SUAS).

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO NUEP SUAS / SP
Início das reuniões regulares do Núcleo Estadual de Educação Permanente do SUAS de São Paulo (NUEP SUAS / SP), com as instâncias de controle e participação social.

2018

CRIAÇÃO DA MESA DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE ESTADUAL EM SP
Resolução Seds Nº 8, de 04/04/2018 – Institui a Mesa Estadual de Negociação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de São Paulo.

CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SÃO PAULO
Resolução Seds nº 12 de 04/04/2018 – Institui a Comissão Estadual de Educação Permanente da Secretaria de Desenvolvimento Social, com o fim de garantir o alinhamento da perspectiva político-pedagógica e da cultura de educação permanente na Seds, por meio de suas coordenadorias, diretorias regionais e escola de governo.

REUNIÃO DOS ESTADOS E MDS POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE
- Alinhamento de conceitos e diretrizes;
- Status do CapacitaSUAS;
- Considerações sobre a Supervisão Técnica;
- Troca de experiências entre os Estados.

FORMAÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE E CONTINUADA
- Reuniões técnicas de equipe sistemáticas
- Participação em cursos, palestras, fóruns etc.

OFICINAS DE EDUCAÇÃO PERMANETE NAS REGIÕES DE SÃO PAULO
- Franca;
- São José do Rio Preto;
- Bauru.

EAD DE EDUCAÇÃO PERMANENTE
Estruturação de Curso de Educação Permanente da Seds na modalidade a Distância, a ser ofertado pela Edesp.

A educação a distância nas escolas de governo

Daniel Osterreicher Laporta, diretor do Centro de Desenvolvimento Pedagógico da Escola de Governo e Administração Pública (Egap), fala sobre o atual universo da Educação a Distância (EaD) no setor público

por Tatiane Watanabe e Igor Rebelo Torres*

Como observa a EaD no Brasil hoje?

Daniel: A EaD está se consolidando, não apenas no ensino superior, mas também nas escolas de governo. Algumas iniciativas remontam à década de 1990, mas a expansão acompanha, especialmente, o desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação, a legislação e as políticas públicas de promoção da modalidade. A dicotomia entre educação presencial e educação a distância está cada vez mais em desuso. Não há como pensar em aplicar um curso sem utilizar materiais e instrumentos que são transmitidos por computadores e internet. Vivemos uma nova era de gestão do conhecimento e quem não se atualizar e acompanhar essas mudanças perderá o bonde da história.

*Tatiane Watanabe

Graduada em Ciência e Tecnologia e Engenharia de materiais. É especialista em Ensino a Distância com ênfase em tutoria e instrutora técnica da Edesp.

*Igor Rebelo Torres

Graduado em Fisioterapia, com especialização na área. Experiência em RH, Ciência da Informação e Arquivística. É instrutor técnico na Edesp.

Como avalia o processo de formação profissional a distância na escola de governo?

Daniel: Positivamente. Aponto para a necessidade, no Estado de São Paulo, de pensar e repensar em como fazer a gestão do conhecimento para um universo de cerca de 410 mil servidores públicos. Dentro desse universo, há públicos com saberes e conhecimentos prévios variados, desde ingressantes no serviço público – servidores técnicos e operacionais de diferentes áreas – a dirigentes e quadros superiores da administração pública. A EaD é essencial para realizar uma boa gestão do conhecimento para a formação, o treinamento e o desenvolvimento profissional dessas pessoas.

Quais são as vantagens e limitações da modalidade de EaD numa escola de governo?

Daniel: As vantagens são inúmeras: o volume de servidores que podem aprender novos saberes, competências, técnicas e conhecimentos, sem que exista a necessidade de deslocamento geográfico; a divisão do trabalho de planejamento e execução operacional com uma equipe técnica e pedagógica; a flexibilidade, as tecnologias, o controle do cursista de sua aprendizagem de acordo com seu ritmo e disponibilidade; a personalização do ensino; a construção de espirais de aprendizagem por meio de hiperlinks, textos digitais, materiais multimídia centrados nas necessidades dos cursistas. As limitações são subjetivas. A EaD sofre alguns preconceitos, especialmente dos cursistas, por exemplo, que não tem familiaridade ou aptidão com o uso de computadores ou autodisciplina. Mas isso pode ser mitigado por um trabalho de esclarecimento e acolhimento.

As metodologias empregadas em EaD são adequadas a todo tipo de público?

Daniel: É sempre importante observar as características gerais e específicas do público-alvo. Há, por exemplo, a necessidade de adaptar materiais e ambientes para cursistas que tenham algum tipo de deficiência, visual ou auditiva. Somar esforços metodológicos que atinjam as particularidades e pluralidades da sociedade sempre se faz essencial para ganhos de desempenho.

Quais são os papéis de alunos, professores e instituições no processo de ensino-aprendizagem de EaD?

Daniel: Inúmeros teóricos da EaD apontam para um consenso: tornar todos mais ativos e engajados no processo de ensino e aprendizagem. A maioria dos autores resgata as ideias de Paulo Freire, de abandonar a prática do "ensino bancário", da sala de aula com lousa, giz e carteiras. Isso significa abandonar as práticas de ensino que veem a instituição e os professores como detentores únicos do saber, enxergando o cursista como agente passivo do processo de aprendizagem.

"Malcom Knowles, 'pai' da andragogia moderna, aponta, assim como Freire, para a necessidade de respeitar os saberes prévios dos cursistas, considerando a capacidade de autonomia de aprendizagem e a colaboração entre pares"

Para tanto, é essencial realizar a customização e adaptação da didática que oriente os estudantes, para potencializar resultados, cativar e motivar.

Como obter um melhor aproveitamento dos alunos no curso de EaD?

Daniel: Se pensarmos em termos andragógicos, alguns cuidados são importantes. Muitos teóricos da EaD clamam pelo cursista "aprender a aprender". Significa este compreender o papel da formação, não apenas para o aprimoramento instrumental de suas funções e necessidades, mas para receber e construir novos conhecimentos, atitudes, desenvolver capacidade crítica, criatividade, poder se adaptar e interpretar saberes de maneira autônoma. Para isso, é importante não querer se limitar a conhecer o conhecimento que é de utilidade imediata, mas se aprofundar, pesquisar e se ressignificar.

Programa Recomeço

Estratégias, em interface com o SUAS, que propiciam o convívio familiar e comunitário

por Gleuda Apolinário

Socióloga formada pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Pública. Conselheira do Conselho Estadual de Assistência Social (Conseas). Coordenadora Estadual de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds) e Coordenadora Executiva do Programa Recomeço.

O Programa Recomeço – Uma Vida Sem Drogas é referência nacional. Atualmente, atende mais de 3 mil pessoas por dia em tratamento de dependência química, em vagas distribuídas em todo o Estado de São Paulo. Criado em 2013, foi reorganizado pelo Decreto nº 61.674, de 2 de dezembro de 2015. Com um investimento de R$ 70 milhões por ano, articula e executa ações em cinco eixos:

1. Prevenção do uso indevido de drogas;
2. Tratamento;
3. Reinserção social e recuperação;
4. Controle e requalificação dos territórios em cenas de uso;
5. Acesso à justiça e à cidadania.

Nessa perspectiva, é um Programa que pretende propiciar ao dependente químico novamente a possibilidade do convívio familiar e comunitário. O Projeto Recomeço Família constitui-se nesse contexto, como um conjunto de atividades estratégicas realizadas na comunidade, na atenção integral à família e aos usuários de substâncias psicoativas. O objetivo é ofertar aos familiares com históricos de usuários de substâncias psicoativas no Estado de São Paulo um espaço de acolhimento, atendimento, orientação e encaminhamentos aos serviços da rede socioassistencial, saúde, educação, justiça e cidadania.

O Recomeço Família é uma ação dentro do eixo reinserção social e recuperação, que, além de outras, implementa programas e projetos em interface com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com o objetivo de acolher usuários de substâncias psicoativas e seus familiares, que se encontram em situação de vulnerabilidade e agravos sociais, promovendo a recuperação e reinserção social destes.

Os trabalhos desenvolvidos com as famílias na temática da dependência química são baseados no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que é um serviço da Proteção Básica do SUAS, em consonância com as ações da Política da Assistência Social e a Política Sobre Drogas.

Em 2016, foi constituído o GT Recomeço Família, pela Resolução SEDS nº 6, de 30 de maio de 2016, para fortalecer a ação Recomeço Família nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), de acordo com a lógica da Política de Assistência Social.

O objetivo foi construir uma metodologia de intervenção dentro do PAIF, por meio de pesquisa com os usuários e técnicos dos CRAS, a fim de garantir atendimento às famílias com usuários que se encontram em situação de vulnerabilidade em decorrência do uso das drogas.

A implementação da nova metodologia de intervenção do Recomeço Família teve início em 2017, por meio de um piloto em seis Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS), das quais cada uma participou com um município e seu respectivo CRAS.

O resultado do piloto foi bastante satisfatório, validando a metodologia proposta e contribuindo com algumas adequações necessárias, para que as demais DRADS fossem envolvidas no projeto. Em 2018, esse passo foi dado e técnicos de 100% das DRADS foram capacitados, a fim de serem multiplicadores nos municípios de cada região.

Seguindo uma lógica de construção coletiva, com base no diagnóstico realizado com usuários e técnicos de CRAS, a metodologia teve como ponto de partida a sensibilização para a temática, com atividades lúdicas e de intensa participação, o que contribuiu para as discussões em torno da interface entre a Política sobre Drogas e a Política de Assistência Social. Em decorrência desse processo, os técnicos foram conscientizados e mobilizados em relação à importância do atendimento qualificado às famílias dos usuários de substâncias psicoativas.

MUNICÍPIOS E CRAS ESCOLHIDOS

DRADS	MUNICÍPIO	CRAS
Botucatu	Botucatu	CRAS Leste
Campinas	Campinas	CRAS Satélite Íris
Marília	Marília	CRAS Santa Antonieta
Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	CRAS 5
São José do Rio Preto	Catanduva	CRAS Imperial
Sorocaba	Sorocaba	CRAS Ipiranga

Um novo olhar, um novo jeito de fazer

A intersetorialidade na Política Pública pela Garantia de Direitos

por Rita de Cássia Quadros Dalmaso

Assistente Social de carreira, é graduada em Gestão Pública pela Faculdade Sumaré, Coordenadora de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan) na Seds e atual Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social (Conseas).

Em 2004, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), houve a efetiva integração das ações das Políticas Sociais, de Transferência de Renda e da Segurança Alimentar. Desta forma, a Política de Segurança Alimentar está no tripé da Proteção Social, tendo como respaldo a Política de Desenvolvimento Social. As diretrizes da Política são "combater a desigualdade social através da promoção de ações de segurança alimentar, combater a pobreza e outras formas de privação das famílias, promover o acesso à rede de serviços públicos, e criar possibilidades de emancipação dos grupos familiares e o desenvolvimento local dos territórios".

A Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds), por meio da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan), desenvolve os maiores programas de segurança alimentar do Brasil: Bom Prato e Vivaleite, que têm a responsabilidade de oferecer serviços de qualidade para um público de baixa renda, e, portanto, em vulnerabilidade e risco social. Cabe ressaltar que tais programas têm uma atuação bastante abrangente e que extrapola a oferta de alimentação, quando desenvolve ações na perspectiva intersetorial. À medida que ações de diferentes políticas públicas são integradas, há um olhar multifacetado e interdisciplinar para o público usuário, o que favorece o atendimento integral e qualificado.

Com o objetivo de fomentar a intersetorialidade e o trabalho em rede nos programas Bom Prato e Vivaleite, em 2017 a Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan), em parceria com a Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp) empreendeu uma série de ações formativas que envolveram gestores e técnicos das três políticas públicas que compõem a Secretaria de Estado

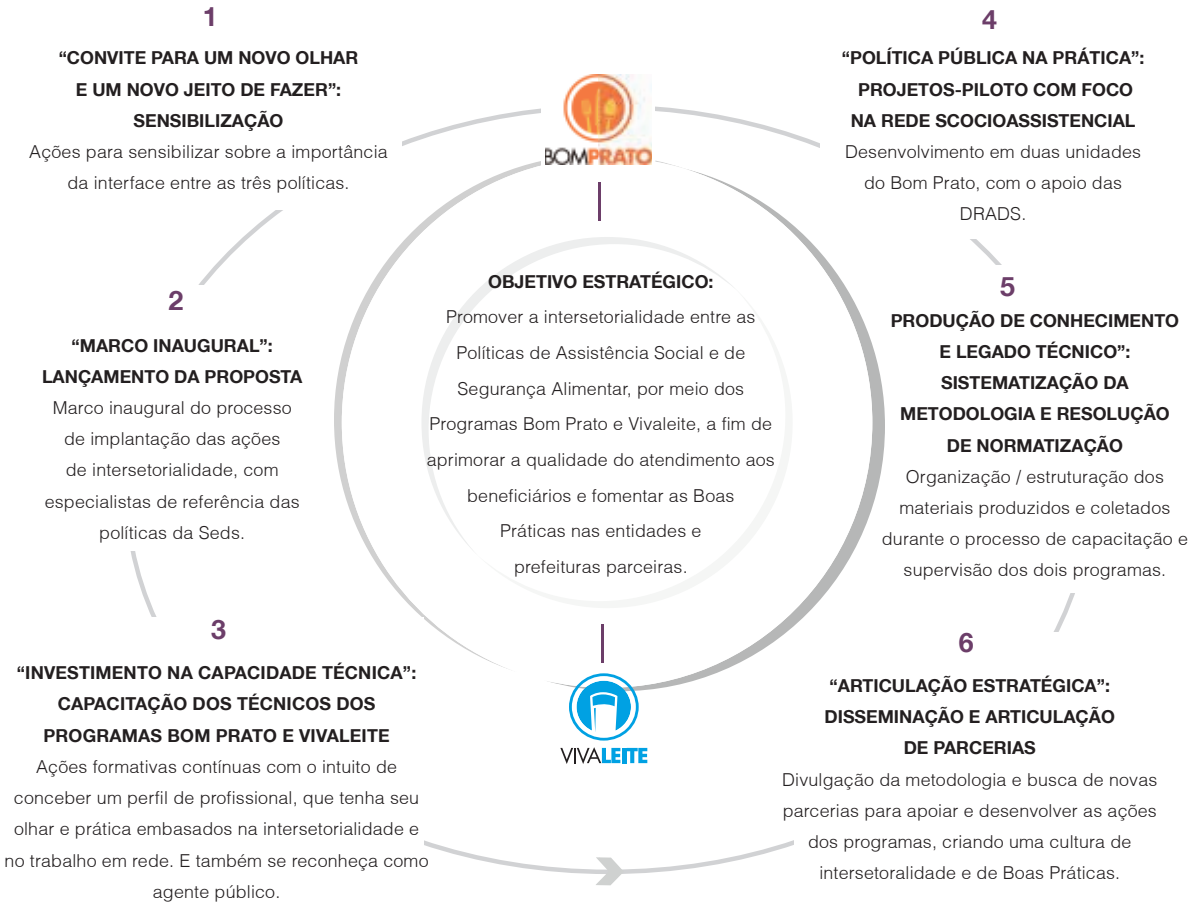
A Segurança Alimentar e Nutricional é a materialização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, baseado em práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

de Desenvolvimento Social (Seds): Política de Assistência Social; Política sobre Drogas e Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Tais ações representaram um marco na trajetória de aprimoramento da Segurança Alimentar no Estado de São Paulo.

Tendo como diretriz o atendimento integral às famílias usuárias, o avanço da Segurança Alimentar, por meio da interface das três políticas da Seds, na perspectiva da garantia de direitos, revelou grandes desafios e possibilidades. Por meio de um Projeto de Capacitação e Produção de Conhecimento, foram definidos dois eixos de atuação: Trabalho em Rede e Oficinas de Educação Alimentar, no âmbito do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), que é fundamental na Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O Projeto propôs ações formativas que envolveram o Estado e alguns municípios numa diversidade metodológica que viabilizou espaços de troca entre os atores envolvidos; apresentação de diferentes programas e serviços das políticas presentes no território; propostas de trabalho em rede; planejamento conjunto (CRAS e Seds) com foco na temática da Segurança Alimentar; escuta de grupos de famílias no que se refere à Educação Alimentar; estabelecimento de parceria com base no Pacto Federativo; ciclo de palestras sobre as três políticas públicas da Seds, entre outras. Pode-se dizer que as estratégias de capacitação utilizadas serviram para informar, dialogar e conectar os atores envolvidos nas diversas esferas de atuação: gestores, coordenadores, técnicos, instrutores, articuladores e parceiros.

Esse trabalho tem o objetivo de construir um "Novo Olhar e um Novo Jeito de Fazer", com o intuito de construir uma política pública mais qualificada e efetiva, por meio da qual todos os envolvidos se reconheçam como agentes públicos. Vale ressaltar que a Cosan pretende dar continuidade a esse investimento, ampliando e aprofundando o trabalho realizado. Veja o fluxograma das etapas desse processo:



Os desafios das diversas velhices

Programa Vila Dignidade, inovação na Proteção Social para pessoas idosas

por Elaine Cristina Silva de Moura

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Sociopsicologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP). Atua como especialista em políticas públicas para o envelhecimento na Coordenadoria de Ação Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

Em 1940, portanto há pouco menos de 80 anos, era raro e incomum para a maioria dos brasileiros viver até os cinquenta anos de idade. Os parâmetros para considerar uma pessoa idosa eram também diferentes dos atuais e alguém próximo aos 40 anos era visto como pertencente ao grupo mais envelhecido da sociedade. A expectativa de vida no Brasil foi subindo ao longo das últimas décadas, devido a melhorias diversas, como o acesso a saneamento básico e políticas de saúde, em um ritmo acelerado, se comparado a outros países, e atualmente registra sua maior média. De acordo com estimativas do IBGE, hoje, ao nascer, um brasileiro tem a expectativa de viver, em média, até os 76 anos de idade.

Neste novo cenário demográfico, o envelhecimento da população tornou-se tema de grande interesse público, sendo pautado com frequência nos meios de comunicação e na agenda política. Como ficará a previdência? Quem vai cuidar dos idosos dependentes? É possível envelhecer com saúde? Como nos prepararmos para um futuro que nos espera com a seguinte projeção: "Em 2060, 1 em cada 4 brasileiros será idoso?" São questões recorrentes e relativamente novas para grande parte da sociedade. São perguntas que implicam todos nós e, exatamente por isso, possibilitam e exigem que se extrapole a dimensão privada da vida para respondê-las.

É necessário reconhecer a ineficácia de respostas elaboradas de forma fragmentada, aleatória ou isoladamente para este inédito e desafiador fenômeno social. Destacamos que o país acompanhou, nas últimas décadas, a organização de marcos legais significativos relacionados aos direitos das pessoas idosas, elegendo a velhice como etapa do curso de vida a ser protegida, por meio de um pacto entre Estado, sociedade e famílias. Esses valiosos direitos, expressos nas garantias constitucionais, bem como no Estatuto do Idoso, na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), na Política Nacional de Assistência Social, dentre outras legislações, são resultado de um amplo processo de participação social de cidadãos mobilizados. É nessa história bem-sucedida de luta coletiva por direitos que devemos nos espelhar para defender as atuais conquistas e reivindicar a ampliação de recursos para garantir uma velhice digna a todos os cidadãos.

Além de perguntas desafiadoras para o conjunto de atores políticos da sociedade e para o poder público, observamos uma relevante transformação na forma de representar a velhice e as pessoas idosas. Em contraponto ao predomínio das imagens alusivas a uma condição de fragilidade e debilidade – tradicionalmente representada por rugas, cabelos brancos, bengalas e isolamento –, temos hoje imagens que relacionam o envelhecimento à características mais valorizadas socialmente, como atividade, integração, convivência e independência. Atualmente, em nosso imaginário, convivem com as representações depreciativas e cristalizadas sobre o envelhecer imagens mais positivas, indicando a diversidade de possibilidades e o caráter singular do processo de envelhecimento.

Considerando as iniciativas norteadas pelo princípio da intersetorialidade no campo das políticas públicas, o Programa Vila Dignidade, lançado em 2009, representa uma das mais inovadoras experiências de resposta articulada do poder público às crescentes demandas da população idosa. O programa foi elaborado com base em uma nova compreensão sobre o envelhecimento e suas especificidades, com foco na autonomia e convivência dos usuários. Sua legislação contém as diretrizes da Política de Assistência Social e do Programa São Paulo Amigo do Idoso. Foi projetado e construído em parceria com a Política de Habitação para ofertar moradia e proteção social a pessoas idosas em situações de vulnerabilidades originárias da baixa renda e dos vínculos fragilizados. Sua elaboração conjugou o esforço conjunto de equipes multiprofissionais nas etapas de planejamento, obras e gestão social deste equipamento público.

Desde o lançamento do Programa Vila Dignidade foram implantadas 18 vilas em 18 municípios paulistas, totalizando 456 casas e respectivas áreas de convivência. O processo de implantação exigiu integração permanente de profissionais de áreas de conhecimento e atuação diversas, como arquitetura, engenharia, gerontologia e ciências sociais. Os profissionais foram mobilizados para materializar a proposta original do Programa: garantir moradia digna e segura em casas adaptadas, estender a possibilidade de pessoas idosas se manterem autônomas e independentes para atividades da vida diária, possibilitar e estimular a convivência entre moradores.

A assessoria aos municípios prevê o acompanhamento da gestão social de cada uma das vilas, processo que oportunizou a abertura de um interessante e trabalhoso campo de interlocução entre técnicos, gestores e moradores. Neste contexto, nos deparamos com situações desafiadoras, tanto pela complexidade quanto pelo ineditismo. Especialmente a articulação entre conceitos caros à política de assistência social, os conhecimentos específicos sobre a temática do envelhecimento, as normativas da política de habitação e a nova tipologia proposta pelo programa.

No atual contexto de transição demográfica, o Programa Vila Dignidade nos desafia e enriquece, com permanentes exigências: a produção de novos conhecimentos; o questionamento das soluções existentes; o acolhimento de opiniões divergentes; o enfrentamento de conflitos em moradias coletivas; a necessidade de inovação no trabalho social com idosos e, sobretudo, a abertura ao diálogo entre profissionais de realidades diversas.

Também coloca como fundamental a compreensão de diferentes modos de vida de pessoas idosas que, em sua maioria, viveram excluídas do conjunto de direitos de cidadania ao longo das suas trajetórias, para o enfrentamento das situações de desproteção social.

O segmento mais envelhecido da população deverá estar cada vez mais presente na cena pública como demandatário de respostas compatíveis com a necessidade de proteção social, dentre outros direitos do campo da seguridade social.

Uma sociedade mais envelhecida e com novos arranjos familiares, nos coloca a necessidade de reforçar o compromisso do estado com a população idosa e suas famílias, especialmente aquelas mais expostas aos riscos e vulnerabilidades.

Referências

BRASIL. Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 jan.1994. Seção 1, p. 1-3

_____. Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União - República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 03 out. 2003. Seção 1, p.1-6.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 33 de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Diário Oficial da União - República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 03 jan. 2013. Seção 1, p. 155-164.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. LOAS anotada. Lei Orgânica de Assistência Social. Brasília, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº decreto nº 54.285 de abril de 2009. Institui o Programa Vila Dignidade.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº decreto nº 56.448 de novembro de 2010. Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 54.285 de abril de 2009 que instituiu o Programa Vila Dignidade.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 58.047, de 15 de maio de 2012. Institui o Programa Estadual "São Paulo Amigo do Idoso", e o "Selo Amigo do Idoso", e dá providências correlatas.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 58.417, de 1º de outubro de 2012. Acrescenta os §§ 1º a 5º ao artigo 3º do Decreto nº 58.047, de 15 de maio de 2012, que instituiu o Programa Estadual "São Paulo Amigo do Idoso" e o "Selo Amigo do Idoso".

Yazbek, Maria Carmelita e Silva, Maria do Rosário de Fátima. Proteção Social aos idosos: concepções, diretrizes e reconhecimento de direitos na América Latina e no Brasil. R. Katál., Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 102-110, jan./jun. 2014

Programas intersetoriais Criança Feliz e São Paulo Amigo do Idoso

por Silvia R. Costa Salgado

Doutora em Ciências da Comunicação, mestra em Ciência da Informação, jornalista e bibliotecária - documentalista pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em políticas e técnica da Coordenadoria de Desenvolvimento Social (CDS), da Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds).

A gestão de programas sociais dirigidos à primeira infância e ao idoso não se restringe à existência legal de uma política pública de prevenção, proteção e garantia de direitos. A necessidade da definição de diretrizes, normas e princípios para a sua implementação está posta pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) às agendas governamentais. No entanto, diante das duas pontas geracionais, o contexto é desafiador quando se tem dificuldades para garantir direitos básicos dos cidadãos.

Como responder a demandas com múltiplas dimensões que vêm de problemas complexos e de uma teia de causas e consequências? Uma organização tradicional não fornece resposta. Recorrente nos debates sobre alternativas para juntar esforços para resolução dessas questões, a intersetorialidade surge, então, quase como panaceia. Mas, juntar atores de diferentes setores e oferecer um pacote de serviços ao cidadão não é intersetorialidade.

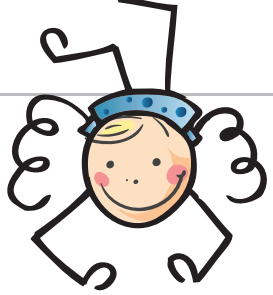
Ações intersetoriais resultam do entendimento de todos os envolvidos sobre o problema e da articulação de conhecimentos e experiências diferenciados que se completam em sua solução. Superar a fragmentação e atuar intersetorialmente implica, principalmente, a ampliação da capacidade técnico operacional pela formação/ aperfeiçoamento de gestores, técnicos e comunidade.

Promover o desenvolvimento infantil requer trabalho voltado à família e à potencialização de competências para o cuidado, a proteção e promoção do crescimento saudável da criança em todos os sentidos. O Programa Criança Feliz no SUAS[1] tem que atender demandas para reduzir tensões e estresse das próprias condições de vida ou não apoiará a construção de vínculos afetivos e ambiente adequado às necessidades da criança.

Com relação ao idoso, a complexidade não é menor. O São Paulo Amigo do Idoso[2] atua com o conceito do envelhecimento ativo, uma abordagem que articula os desafios do envelhecimento individual e coletivo. Trata-se do idoso e sua participação nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, e não somente da capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho.

São Paulo é, pela primeira vez no mundo, um Estado Amigo do Idoso, sob essa perspectiva, visando à valorização da pessoa idosa, à garantia e à defesa dos seus direitos. Para estimular os municípios a implantarem ações referenciadas pelo Programa, foi constituído o Selo Amigo do Idoso.[3]

O Criança Feliz, por sua vez, dialoga com o Marco Legal da Primeira Infância. Tem por objetivo geral promover o desenvolvimento humano por meio do apoio e do acompanhamento integral do desenvolvimento infantil no SUAS. Apoia a gestante e a família na preparação para o nascimento, nos cuidados perinatais e na colaboração do exercí-



cio da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade.

A atuação intersetorial é estratégica para os dois Programas. O Criança Feliz[4] atua com comitês gestores intersetoriais, que favorecem o diálogo e uma agenda articulada em âmbito local. As visitas domiciliares, apoiadas pelo alinhamento intersetorial, compõem a construção de diagnósticos nos territórios. São evidenciados também o Comitê Gestor Estadual Intersetorial. No Programa Amigo do Idoso são 11 Secretarias de Estado envolvidas e o Fundo Social de Solidariedade (Fussesp), sob a coordenação da Seds, que desenvolvem as ações.

Instrumentos, como os Índice de Desenvolvimento do Envelhecimento Ativo: IDEA-Gestor e o IDEA-Idoso, ilustram a necessidade de pré-requisitos para a Intersetorialidade. O primeiro, elaborado pela Comissão Intersecretarial nos moldes do Ecâmetro,[5] permite diagnóstico realizado por oficina com representantes de governo e sociedade civil. O segundo é respondido por idosos que atendam espontaneamente ao convite dos responsáveis pela realização da oficina.[6]

Esses recursos, além do sistema informatizado de monitoramento online, promoveram a adesão de 641 municípios, sendo que destes, 252 possuem o selo inicial, credenciando-se assim para o Selo Intermediário.

Ambos são programas inovadores por adotarem a intersetorialidade como pilar e reconhecerem o papel dos gestores e técnicos nessa proposta. Essa nova "ordem" entre as políticas abrange, também, o planejamento, o desenvolvimento e controle social.

Assumido de forma sistêmica, o Programa Criança Feliz tornou a formação continuada um diferencial paulista do Programa, como resposta para superar a fragmentação e a desarticulação das políticas. O Criança Feliz "entrou" nos municípios como possibilidade de aumentar de forma efetiva a capacidade na gestão das políticas públicas pela formação/aperfeiçoamento de gestores e técnicos municipais nas várias etapas do Programa.

As formações envolveram desde os encontros iniciais e as oficinas com as Drads até a capacitação dos supervisores, passando pela formação dos coordenadores municipais, criação de canais de comunicação[7] para apoio técnico, entre outras ações. Quatro seminários regionais de implantação contaram com 222 municípios e 893 participantes. Hoje são 287 supervisores, 151 coordenadores e 1672 visitadores em atuação.

Também para fortalecimento das ações intersetoriais do Programa Criança Feliz, a Seds conta com a parceria do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), voltada para os Comitês Municipais, coordenadores, supervisores e demais atores, incluindo os técnicos de referência e diretores das Drads. Além da Mobilização nas cinco Macrorregiões, Oficinas Temáticas / Encontros Regionais, as Operações do Ambiente Virtual ancoram o trabalho dos municípios.

O caminho percorrido inspira, agora, uma nova ação: o Projeto Integra, trabalho intergeracional no Criança Feliz, envolvendo jovens, idosos e crianças, independentemente dos laços familiares.

1. Instituído pelo Decreto Federal nº 8.869/2016.

2. Instituído pelo Decreto Estadual nº 58.047, de 15/05/2012 (alterado pelo Decreto Estadual nº 58.417, de 01/10/2012) .

3. Possui três fases: inicial, intermediária e plena. Adesão de 641 municípios paulistas, dentre eles São Paulo (assinatura dez/2017), dos quais 252 já receberam o Selo Inicial.

4. Tendo como público prioritário gestantes e crianças de 0 a 3 do Programa Bolsa Família e crianças de 0 a 6 anos do BPC.

5. O documento segue o formato do Ecâmetro de autoria de Cenise Monte Vicente, criado no âmbito do Projeto Envolver da Rede Social São Paulo, executado em parceria e com recursos do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condeca). Está diretamente vinculado aos quatro pilares do Programa: Proteção, Educação, Saúde e Participação. Estas dimensões buscam sintetizar o conceito do envelhecimento ativo da Organização Mundial de Saúde (OMS).

6. Cada um dos oito aspectos abordados pela OMS serviu de referência para uma bateria de questões que avaliam a situação do município em cada uma das dimensões: Espaços Urbanos e Serviços Públicos, Transporte, Moradia, Participação Social, Respeito e Inclusão Social, Participação Cívica e Emprego, Comunicação e Informação e Apoio Comunitário e Serviços de Saúde.

7. "Informativo Técnico-Construindo a Rede São Paulo Programa Criança Feliz e, http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/legislacao_manuais dirigidos às Diretorias Regionais, e Orientação Técnica, que tem por objetivo apresentar diretrizes e orientações para os municípios. (Periódicos)

Funções do Gestor educacional com diferencial interdisciplinar

por Jerley Pereira da Silva

Doutor e mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Responsável pelo Projeto Interdisciplinar dos Cursos de Administração de Empresas, Processos Gerenciais e Logística na Ítalo. Assessor técnico na elaboração de livros. Gestor de Projetos Educacionais e Empresarial. (cv:http://lattes.cnpq.br/0102426538054648)

coautor Marcio Masella

Pós-Doutor pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Doutor e Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Diretor da Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (EDESP).

Os Gestores Educacionais são profissionais muito cobrados nas Instituições de ensino, porque interferem diretamente no desenrolar das atividades dos docentes e discentes, particularmente no gerenciamento e solução dos conflitos entre as partes.

O Gestor Educacional pode significar um dos diferenciais que conduzem ao sucesso e o asseguram (ou não) para as instituições de ensino. Isso tem implicado maiores exigências sobre esse segmento do conhecimento daqueles que são os responsáveis pelos diversos níveis de decisão e pela multiplicação do conhecimento adquirido.

O que é Gestão Educacional?

Dentre vários conceitos, a Gestão Educacional pode ser vista como um processo político-administrativo contextualizado e historicamente situado. A prática social da Educação é organizada, orientada e viabilizada. Há uma ligação muito forte entre as gestões de sistemas de ensino e as políticas de educação. A Gestão transforma metas e objetivos educacionais em ação, o que concretiza as direções traçadas pelas políticas. A Gestão Educacional requer enfoques de melhores decisões a respeito dos rumos a seguir e se fundamenta na finalidade da instituição e em seus limites da situação atual. É necessário visualizar presente e futuro com identificação de valores, surpresas, incertezas e as ações de todos envolvidos, o que gerará participação, corresponsabilidade e compromisso (BORDIGNON e GRACINDO, 1994, p. 56 apud HORA, 2010).

O diálogo também é uma das categorias fundamentais da Interdisciplinaridade, é a marca de todo o processo. Para Tavares (2008), o diálogo se consolida na prática, numa equipe interdisciplinar. Não existe cumplicidade no trabalho do Gestor Educacional sem o diálogo com seus pares. Sinto ter nesse momento uma linha muito determinante entre a interdisciplinaridade e a Gestão Educacional. Além do diálogo, outra exigência básica inscreve-se nas variáveis ou características que constituem o perfil do Gestor Educacional nos sistemas educacionais: é sua compreensão na dimensão política de sua ação administrativa, de que ele deve saber romper com rotinas alienadas e sem compromissos, que normalmente dominam as instituições.

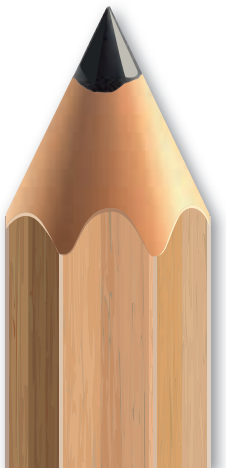
As transformações geradas com o avanço da tecnologia nas últimas décadas tornam cada vez mais possível a utilização de um mesmo instrumental pelos diferentes níveis de concorrentes, ampliando a competitividade e destacando o papel do Gestor Educacional como fator determinante.

Segundo Fazenda (2011, p. 20), a Interdisciplinaridade é uma questão que vem sendo fortemente debatida nas várias áreas do conhecimento, mas, principalmente, em educação, na maioria dos países ocidentais, "tanto no que se refere à organização profunda dos currículos, quanto na forma como se aprende e na formação de educadores". Para se pensar em Interdisciplinaridade, é necessária, como afirma Fazenda (2011), uma profunda imersão no trabalho prático cotidiano, ou seja, realizar ações que poderão gerar ambiguidades, metamorfoses e incertezas. A Interdisciplinaridade, segundo Fazenda (2011), exige certo amadurecimento intelectual e prático do pesquisador. Esse precisa se valer de um processo reflexivo, que vai além da abstração, fazer uso de metáforas, de atitudes e de sensibilizações. Fazenda (2011, p. 21) leva o pesquisador a refletir em duas linhas de raciocínio na definição de Interdisciplinaridade:

A primeira, se a definirmos como junção de disciplinas, cabe pensar currículo apenas na formatação da matriz curricular. A segunda, como atitude de ousadia e busca frente ao conhecimento, o qual envolve a cultura do lugar onde se formam professores. À medida que se amplia a análise do campo conceitual da Interdisciplinaridade, surge a possibilidade de explicitação de seu aspecto epistemológico e praxeológico. Somente então, torna-se possível falar sobre o professor e sua formação e dessa forma no que se refere a disciplinas e currículos.

O Gestor Educacional está em constante tentativa de unir sua função a algumas categorias da Interdisciplinaridade, entre elas:

- ✓ Humildade
- ✓ Coerência
- ✓ Espera
- ✓ Respeito
- ✓ Desapego
- ✓ Afetividade
- ✓ Ousadia
- ✓ Parcerias



É muito difícil pôr isso em prática, porque, como Fazenda (2011) explicita, o termo "Interdisciplinaridade" não possui um sentido único e estável. A autora afirma que "a Interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração das disciplinas no interior de um mesmo projeto" (2011, p.51). A Interdisciplinaridade tem me ajudado na prática, ao exercitar palavras como afetividade, ousadia, parceria e outras. A Gestão Educacional precisa de profissionais que pensem nisso. O respeito às pessoas, às ideias e ao momento do outro é fundamental para a convivência.

A espera é necessária, mas o ser humano não está acostumado a isso, age por impulso e erra, quer sempre fazer e mostrar o que fez o mais rápido possível, muitas vezes atropelando o trabalho de outras pessoas. Muitas vezes a espera é demorada, mas necessária para que se analisem todos os pontos positivos e negativos. Com isso, a chance de erro é menor. Há casos de colocar na coordenação um profissional que não possui a formação acadêmica equivalente ao curso que orientará. Se o profissional aceitar o convite, mesmo sem ter domínio pleno sobre a área em que atuará, poderá ter muita dificuldade em sua atuação, a não ser que seja extremamente competente e se esforce para dar conta das exigências. Caso contrário, professores e alunos, rapidamente, percebem a incompetência desse profissional e os problemas para a instituição passam a ser muitos; o que rapidamente se faz é uma reavaliação e esse profissional acaba sendo retirado desse cargo e substituído por outro colega, podendo ainda ser demitido. Diante

desse quadro, questiono-me mais uma vez: de quem é a culpa desse problema que atrapalhará todos os envolvidos?

Esse profissional mal preparado terá condições de orientar os professores que estão sob sua coordenação? Essa função exige que o profissional saiba lidar com conflitos, saiba ouvir, respeitar, argumentar, avaliar com sensatez. Seu procedimento vai além da sala de aula, estendendo-se a todos os envolvidos. Sem experiência e sem conhecimentos específicos do conteúdo desenvolvido em cada disciplina, ele acabará, ao contrário, cobrando, sem critérios, atitudes e soluções de seus professores e colaboradores.

Nesse contexto, muitas perguntas surgem, entre elas: de que maneira esse profissional inexperiente incentivará seu grupo, se ele mesmo não tem noção do que é importante para o desenvolvimento do curso que coordena? Não caberia ao professor ser humilde a ponto de não aceitar convites como esse? O exercício do diálogo, do relacionamento, da escuta, do acolhimento, do respeito seria fundamental para esse profissional? Para um Gestor Educacional, há a necessidade do preparo desse profissional para lidar com as etapas de formação dos alunos e com a vida dos professores. Seriedade e competência são fundamentais para o cargo, porque, dentre várias incumbências, ao Gestor cabe encabeçar diferentes reuniões e tomar decisões pedagógico-administrativas. Além disso, está sempre sendo avaliado por todos os envolvidos direta ou indiretamente no processo educativo.

Quais as atribuições de um Gestor Educacional?

Como fica a questão da atitude de humildade para o Gestor Educacional diante da limitação do saber? Fazenda (2001) alerta para a atitude de perplexidade diante da possibilidade de desvendar novos saberes e diante do desafio do enfrentamento do novo.

A atitude de responsabilidade com a instituição, com o conhecimento, com as inovações, com as pessoas e consigo devem ser o ponto-chave da (inter) (media) ação do Gestor Educacional. No atual cenário em que vivemos na educação, a cada dia emerge a necessidade de uma nova decisão para transformar o ambiente educacional em um local descontraído e agradável. Isso exige a constante busca do novo e o estar atento a novas oportunidades para alcançar o sucesso naquilo que se desenvolve, independentemente da formação acadêmica ou profissional.

É de fundamental importância saber escutar e analisar o que está sendo proposto e buscar o melhor para que os objetivos sejam alcançados. Os Gestores Educacionais devem ser capazes de possibilitar e ousar na busca de novas técnicas para proporcionar trocas, auxiliar na construção individual e coletiva dos alunos. Quando isso não acontece é porque muitas vezes agimos por impulso ou no imediatismo/apriorismo na contramão das exigências da (pós) modernidade: é necessário pensar com clareza, agir com coerência e no momento adequado para que as decisões sejam as mais justas possíveis.

Para que o Gestor possa agir, ter autonomia, é imprescindível que ele tenha apoio total de seus superiores. Com isso, pode inovar, buscar novas parcerias e suas decisões podem ser mais equilibradas, sensatas e eficazes. Ao exercer a função com responsabilidade e comprometimento na resolução dos conflitos que se apresentam, o Gestor Educacional percebe a importância da sua tarefa.

Referências

BORDIGNON e GRACINDO apud HORA, Dinair Leal da. Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.

TAVARES, Dirce Encarnacion. A presença do aluno idoso no currículo da universidade contemporânea: uma leitura interdisciplinar.

Tese (Doutorado em Educação/Currículo) PUC/SP, São Paulo, 2008.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro. São Paulo: Loyola, 2011.

_____ Interdisciplinaridade: História, teoria e pesquisa. Campinas, SP: Papirus, 2001.

A ignorância é um drama

José Xavier Cortez, fundador da Editora Cortez, participou da reinauguração da Biblioteca da SEDS e falou sobre como o amor aos livros transformou sua história

por Mônica Vendrame*

A cerimônia de reinauguração do Centro de Documentação, Biblioteca e Arquivo Maria Kiehl, da Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds) aconteceu em agosto. O evento, realizado no auditório da Seds, em São Paulo, contou com as participações de Gilberto Nascimento Júnior, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social; Paulo Roberto Bonjorno, Secretário Adjunto; Marcio Masella, Diretor Executivo da Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp); André Luiz Martins Barboza, Diretor da Fundação Casa; Fábio Bozzolan, Diretor da Biblioteca e José Xavier Cortez, editor e fundador da Editora Cortez. A Biblioteca, que agora faz parte da Edesp, conta com mais de seis mil títulos, incluindo livros técnicos das áreas de Assistência Social, Sociologia, Pedagogia, Psicologia, Economia, Filosofia, Administração e Direito. Possui ainda apostilas, catálogos, manuais e guias da área de Assistência Social, além de materiais produzidos pelos servidores da Seds.

O ponto alto da reinauguração foi a palestra de José Xavier Cortez, 81, fundador da Editora Cortez. Ele falou sobre sua trajetória, desde que saiu de sua cidade natal, Currais Novos (RN), até a fundação da editora Cortez, e sobre como se tornou um leitor apaixonado. E conversou, com exclusividade, com a equipe da **Revista Território Social**.

Como começou sua história de amor com os livros?

Cortez: Minha paixão pelos livros começou durante a minha juventude, a partir de uma necessidade que eu sentia de ler. Eu fui alfabetizado na zona rural do Rio Grande do Norte, na carta do ABC; isso nos anos 40, no século passado. Eu morava em um sítio chamado Santa Rita, onde nasci e me criei. Meu pai era agricultor e eu trabalhava com agricultura de subsistência junto com a minha família. A região onde eu nasci, o Seridó, é uma região muito seca, mas lá dava milho, feijão, batata, algodão. Na minha família, praticamente, todo mundo era analfabeto e em casa não havia livros. Esse estímulo ou essa necessidade, eu adquiri após me conscientizar, depois de sair de casa. Estava com 17 para 18 anos quando entrei na Marinha; foi quando percebi essa necessidade de ler, me interessei e criei esse hábito, que permanece até hoje.

Em que momento teve a ideia de abrir uma editora?

Cortez: Após minha vinda para São Paulo, em janeiro de 1965, como eu não tinha nenhuma profissão, fui trabalhar em um estacionamento, inicialmente como lavador de carros, mas já cheguei aqui com esse hábito da leitura. Resumindo, prestei vestibular para Economia, na PUC, passei e a partir daí minha vida mudou radicalmente. Na própria universidade, comecei a vender livros para os meus colegas de classe, porque eu morava ao lado de uma editora. Assim começou meu envolvimento com livros, inicialmente vendendo para os colegas de sala, e, posteriormente, me tornei editor. Em 1980, abri a Cortez com minha família e estamos até hoje sobrevivendo desse mercado, apesar dos altos e baixos.

Na sua opinião, qual é o maior desafio do Brasil quando o assunto são livros?

Cortez: Acabar com o analfabetismo. Este é o grande drama, a ignorância. E para pôr fim a essa ignorância é que temos de usar todos os meios possíveis.

"Uma sociedade leitora acha caminhos para se desenvolver, não só economicamente, porque no fundo, o que interessa é o crescimento das pessoas".

Como estimular ou tornar o brasileiro um leitor respeitável?

Cortez: O importante é dar suporte para que o brasileiro leia; importante também conscientizar as pessoas. Foi a leitura que me levou a ser quem eu sou hoje. Certamente sem ela, eu não seria nada. Criar condições para leitura é colaborar para que a nação cresça.

O que acha de biblioteca no ambiente corporativo?

Cortez: Fundamental. Inclusive, eu quero parabenizar a Seds por reativar esta Biblioteca. Recentemente, foi aprovada a lei 13.696, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita, uma lei importantíssima, porque as pessoas, as crianças, os jovens precisam ter livros disponíveis e atuais. É importante que os estados, os municípios e os governos tenham dotação orçamentária para comprar livros, porque é um trabalho que merece ser valorizado. Agora, depende do poder público se antecipar aos novos tempos e ter, para todas as pessoas, uma biblioteca atualizada com profissionais especializados trabalhando nela.

*Monica Vendrame

Jornalista, escritora e ghost-writer. É graduada em Jornalismo, pós-graduanda em Semiótica e com curso livre em Psicanálise.

Assistência Social e Proteção Social

Política pública de superação das desproteções sociais

por Edson Gonçalves Pelagalo Oliveira Silva

Graduado em Ciências Sociais pela USP (2001), Mestre em Serviço Social pela PUC-SP (2010). Funcionário público efetivo da Secretaria de Desenvolvimento Social.

A política de Assistência Social é fruto de um longo processo político e social que perpassa o fenômeno da urbanização, industrialização e o movimento de reconceituação do Serviço Social no Brasil.

Nos anos 80, com a reabertura política, exigiu-se uma nova ordem democrática, tendo como marco a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabelece no artigo 6º o conjunto de direitos sociais e, dentre eles, o direito à assistência, reafirmado pelos artigos 193, e seguintes, estabelecendo que "a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais" (CF, 1988).

Ao tratar das questões da Assistência Social[1], a Constituição Federal estabelece os objetivos e as diretrizes para garantir que esta política pública seja "prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social". Destacam-se, assim, as características da universalidade e da não-contributividade para o acesso aos serviços socioassistenciais. O resultado desse processo possibilitou a ampliação da garantia dos direitos, a universalização dos acessos e a responsabilização estatal na gestão (VERONEZE, 2017)[2].

O fortalecimento da Assistência Social ganhou reforço com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), publicada por meio da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. E a partir da Conferência Nacional de Assistência Social de 2004 deliberou-se pela implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS[3]) como política pública de Estado.

Uma nova arquitetura político-institucional, voltada à operacionalização do modelo de proteção social, estabeleceu-se com a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, com a expansão dos equipamentos e serviços previstos, como Centros de Referência de Assistência Social (Cras), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e a adequação e o reordenamento dos serviços não tipificados, e a recolocação destes nas políticas públicas correspondentes.

Os direitos sociais constituem, portanto, na sociedade brasileira, um sistema de proteção social que tem por objetivo atender as necessidades sociais e provocar a superação das situações de vulnerabilidade e risco geradas pelo modelo econômico e suas consequências no ciclo de vida do povo brasileiro.

A proteção social é a efetiva garantia dos direitos de cidadania a todos, é o esforço pela equalização de oportunidades e, prioritariamente, o enfrentamento das condições de exclusão e pobreza multidimensional.

Sendo assim, é um sistema de construção permanente e de responsabilidade do poder público e da sociedade civil organizada. Afirma Sposati (2009, p. 02)[4] que

"ter um modelo brasileiro de proteção social não significa que ele já exista ou esteja pronto, mas que ele é uma construção que exige muitos esforços de mudanças".

A gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e dos serviços socioassistenciais tem por prioridade a proteção social que deve afiançar as seguranças de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia, segurança de convívio ou vivência familiar e a segurança de acolhida, para além das demais funções como vigilância social e a defesa social e institucional (PNAS, 2004, p. 40).

Para concretizar a função de proteção[5] social a política pública deve enfrentar as vulnerabilidades e riscos sociais, ou seja, dar visibilidade às situações de exclusão, violência e desproteção social para ofertar serviços que atendam a defesa, proteção e promoção de direitos com respostas qualificadas às necessidades dos que se encontram nesta situação.

O atual modelo de desenvolvimento segue a lógica internacional da política econômica neoliberal, que se configura na financeirização do capital, redução da presença estatal nas políticas públicas, privatização do aparato estatal, flexibilização das legislações trabalhistas e de seguridade social, terceirização dos serviços.

A lógica neoliberal e as crises econômicas afetam os ciclos de vida dos indivíduos e suas famílias, colocando-os em situação de desproteção social. Entende-se aqui a desproteção social como um conjunto complexo de vulnerabilidades e riscos sociais que o indivíduo por conta própria não consegue superar, se agravando quando há ausência do poder estatal na gestão de políticas públicas.

A concentração da renda e da riqueza nos setores hegemônicos da economia aprofundam o empobrecimento na base da pirâmide social. A desigualdade social e econômica é resultante da lógica do capital neoliberal, que gera situações de desemprego, trabalho informal, miséria, abandono e de violências.

O poder público tem por dever a superação das desproteções sociais, que atingem patamares ainda mais críticos quando se constatam retrocessos como o fechamento de equipamentos ou serviços, a diminuição das equipes técnicas, ausência ou não aplicação dos recursos financeiros e a retomada da cultura assistencialista, clientelista, patrimonialista, meritocrática e de estratégias de caráter higienista.

Os usuários que necessitam da proteção social – revitimizados pela desproteção social – são crianças e adolescentes, mulheres chefes de família, pessoas com deficiência, jovens e idosos, migrantes e refugiados, comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, assentamentos rurais) e LGBTs.

A vulnerabilidade social associada a cultura patriarcal, misógina, xenófoba e mercantilizada afetam de forma violenta as categorias como: gênero (mulher), etnia (negra), orientação sexual (homossexual), território (rural), geracional (criança ou idoso).

Os trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, que operam a política pública de atendimento aos mínimos sociais, também são potenciais usuários da própria política que executam, pois se encontram na situação de insegurança, instabilidade e precariedade nos vínculos laborais.

A precariedade das condições de trabalho, a crescente demanda de atendimento, a defasagem de recursos humanos na equipe técnica e baixos salários os colocam, também, em condições de desproteções sociais.

A democratização da sociedade e do Estado tem por fundamento a cidadania plena dos usuários e dos trabalhadores que atuam como sujeitos políticos nas instâncias de controle social e na execução dos serviços socioassistenciais para a garantia efetiva da proteção social no SUAS.

1. Artigos 203 a 205 da Constituição Federal de 1988.

2. VERONEZE, Renato Tadeu. Assistência Social enquanto política pública: na luta da separação do assistencialismo e da filantropização. Revista de Trabajo Social – FCH – UNCPBA, Tandil, ano 4, n. 6, dez, 2011.

3. Regulamentado pela Lei Federal 12.435 de 06 de julho de 2011.

4. SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. 2009.

5. Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, 2004

Portal Social Paulista

O uso da inovação como estratégia de focalização da pobreza no Estado de São Paulo

por João Rafael Calvo da Silva

Graduado em Engenharia Cartográfica pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Especialista em Geoprocessamento pelo Centro Universitário Senac - SP. Coordenador da Gestão Estratégica da Seds (Seds/CGE) e responsável pelo projeto "Portal Social Paulista".

O Portal Social Paulista (PSP) foi criado pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) com o objetivo de unificar os cadastros dos programas sociais da pasta e tem sido utilizado para realizar a seleção de beneficiários de três programas: Renda Cidadã, Ação Jovem e Vivaleite.

A seleção é realizada com base no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico), assegurando a focalização no segmento mais vulnerável da população.

Antes da implementação do Portal, a gestão dos programas da Seds se dava de maneira apartada, tendo suas diretrizes estabelecidas isoladamente pelas coordenadorias às quais estavam vinculados. No caso, a Coordenadoria de Desenvolvimento Social (CDS) utilizava o sistema Pró-Social e a Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (Cosan), o Programa de Alimentação e Nutrição (PAN).

A existência de cadastros distintos acarretava uma série de problemas, pois exigia o preenchimento de fichas diferentes, resultando no baixo conhecimento sobre os beneficiários dos programas, em dificuldades para otimização dos recursos das políticas sociais e na falta de um diagnóstico único das vulnerabilidades sociais, além de dificultar a articulação das políticas da secretaria entre si e com as ações e serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Hoje, com a implantação do PSP, a seleção de beneficiários dos programas da Seds se dá pelo processamento e cruzamento dos dados do CadÚnico com os grupos de regras de elegibilidade e fatores de priorização dos programas cadastrados no Portal.

O PSP possibilitou à Seds uma nova forma de operacionalizar os seus programas, viabilizando melhores resultados para os critérios de seleção, que se tornaram mais objetivos e transparentes, assegurando também uma maior focalização no segmento mais vulnerável da população.

Assim, representou uma importante inovação em termos de gestão pública, ao priorizar a seleção de beneficiários por critérios técnicos e com base nas informações cadastradas no CadÚnico.

Ao utilizar o CadÚnico, o Portal contribui também para a identificação das vulnerabilidades das famílias e para a acolhida pela política de assistência social. Com a seleção focalizada, muitas delas passaram a ter a possibilidade de acesso a outros benefícios e serviços socioassistenciais.

O Portal também trouxe vantagens operacionais, ao possibilitar o preenchimento de um único cadastro para acesso a benefícios socioassistenciais e verificar sua sobreposição, assegurando distribuição mais isonômica para a população.

Dado o potencial do Portal para a integração e o monitoramento de políticas públicas, inclusive de outras secretarias do Governo do Estado, a Secretaria de Planejamento e Gestão, em parceria com a Seds, visa a expandir sua utilização para outros órgãos do Governo do Estado.

Dentre as possibilidades de expansão, pode-se citar o uso do CadÚnico para diagnósticos socioterritoriais, considerando o acesso a dados georreferenciados, inclusive para o planejamento da alocação de equipamentos públicos.

Nesse contexto, o projeto de expansão do Portal foi premiado pela Fundação Getúlio Vargas como uma das três melhores propostas apresentadas no Curso de Formação para Gestores Públicos em Monitoramento e Avaliação.

O projeto demonstrou as potencialidades do Portal para ampliar o conhecimento sobre os beneficiários dos programas sociais do governo, fortalecer a intersetorialidade e aprimorar os processos de seleção de beneficiários com base num sistema de monitoramento e avaliação.

Seleção do Portal Social Paulista

	Elegibilidade*	Priorização**
Renda Cidadã	• Tempo decorrido da atualização Cadúnico (até 48 meses); • CPF válido; • Idade (maior ou igual a 16 anos); • NIS válido; • Renda per capita (menor ou igual a 477,00); • Grau de parentesco (Responsável Familiar); • Situação do Cadastro (Cadastrado).	1º Prioriza menor renda; 2º Prioriza quem não recebe Bolsa Família 3º Prioriza cadastro mais atual 4º Prioriza maior Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) 5º Prioriza mulher; 6º Prioriza família quilombola; 7º Prioriza trabalho infantil; 8º Prioriza pessoa com deficiência e; 9º Prioriza família indígena.
Ação Jovem	• Tempo decorrido da atualização Cadúnico (até 48 meses); • CPF válido; • Curso frequentado (Ensino Fundamental ou Médio); • Idade (entre 15 e 24 anos); • NIS válido; • Renda Per Capita (menor ou igual a 477,00); • Situação do Cadastro (Cadastrado);	1º Prioriza menor renda; 2º Prioriza cadastro mais atual; 3º Prioriza famílias com marcação de trabalho infantil; 4º Prioriza pessoa com deficiência.
Vivaleite Interior	• Tempo decorrido da atualização Cadúnico (até 3 anos); • Idade (entre 6 e 68 meses); • Renda Per Capita (menor ou igual a 477,00); • Situação do Cadastro (Cadastrado).	1º Prioriza menor renda; 2º Prioriza menor idade; 3º Prioriza cadastro mais atual.
Programa Vivaleite RMSP Criança***	• Tempo decorrido da atualização Cadúnico (até 3 anos); • Idade (entre 6 e 68 meses); • Renda Per Capita (menor ou igual a 477,00); • Situação do Cadastro (Cadastrado).	1º Prioriza menor renda; 2º Prioriza menor idade; 3º Prioriza cadastro mais atual.
Programa Vivaleite RMSP Idoso***	• Tempo decorrido da atualização Cadúnico (até 3 anos); • Idade (maior do que 60 anos); • Renda Per Capita (menor ou igual a 477,00); • Situação do Cadastro (Cadastrado).	1º Prioriza menor renda; 2º Prioriza menor idade; 3º Prioriza cadastro mais atual.

* O cidadão / família é considerado(a) apto(a) a participar quando atende a todas as regras de elegibilidade. ** A priorização do cidadão / da família que será beneficiado(a) segue a ordem de requisitos elencados nesta coluna em cada programa, considerando a quantidade de vagas disponíveis. *** RMSP - Região Metropolitana de São Paulo.

PROGRAMAS SOCIAIS DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo executa e fomenta ações, projetos e programas de educação permanente e continuada, com o objetivo de qualificar os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social e aprimorar a prestação de serviços aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social no Estado de São Paulo. Atualmente, a Biblioteca "Maria Kiehl" faz parte da EDESP, contando com mais de seis mil títulos.

É a maior rede pública de segurança alimentar do país e conta com 52 unidades em todo Estado. Oferece refeições saudáveis e de alta qualidade a custo acessível: R$ 1 o almoço e R$ 0,50 o café da manhã. Em mais de 17 anos, já serviu mais de 207,6 milhões de refeições.

É o maior programa de distribuição gratuita de leite pasteurizado do Brasil. Distribui anualmente cerca de 73 milhões de litros de leite para crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses e para idosos na Capital. Por mês, cada beneficiário recebe 15 litros de leite enriquecido com ferro e vitaminas A e D.

O Programa Recomeço, promove ações preventivas em relação ao uso abusivo de substâncias psicoativas e ao enfrentamento ao tráfico de drogas. Também oferece acesso à justiça e à cidadania, apoio socioassistencial e tratamento médico aos dependentes químicos, suas famílias e comunidade.

Casa de Passagem Terra Nova

Oferece acolhimento social para solicitantes de refúgio que chegam à cidade de São Paulo, provenientes de países como Síria Haiti, Congo, Angola, Bolívia, Camarões, Gana, Guiné, Nigéria e Venezuela. Famílias com filhos de até 18 anos e mulheres grávidas são prioridade no atendimento. A casa oferece também apoio social, psicológico e jurídico, atividades de convivência e ocupacionais.

Programa embasado no conceito do envelhecimento ativo da OMS. Executa ações intersecretariais de proteção, educação continuada, saúde e participação. Transfere recursos financeiros visando à implantação de Centros Dia e Centros de Convivência do Idoso. Implementa em parceria o Vila Dignidade e é responsável pelo monitoramento e certificação do Selo Município Amigo do Idoso.

É um programa estadual de transferência direta de renda que tem como objetivo atender famílias em situação de pobreza com renda mensal familiar per capita de até ½ (meio) salário mínimo nacional, priorizando famílias com renda até ¼ (um quarto) do salário mínimo, mediante ações complementares e transferência direta de renda.

É um programa estadual de transferência direta de renda que tem o objetivo de promover a inclusão social e estimular a conclusão da escolaridade básica de jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos, pertencentes a famílias com renda per capita mensal de até ½ (meio) salário mínimo, com prioridade para aqueles com até ¼ (um quarto) do salário mínimo. Oferece ações complementares e de apoio à iniciação profissional.

Revista Território Social – vol. 01, n.01(out. 2018)- .-São Paulo,SP: Secretaria de Desenvolvimento Social; Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, 2018-

32 p.; il.: 27 cm.
Semestral
ISSN: 2595-7619
1. Educação permanente. 2. Intersetorialidade. 3.Interdisciplinaridade. 4. Políticas Públicas de Assistência Social. I. Secretaria de Desenvolvimento Social – Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo. II. Título

CDU 37.017.4:36
CDU 35(81)

Ficha catalográfica elaborada pela EDESP/Biblioteca

COORDENADORIAS

Coordenadoria de Desenvolvimento Social (CDS): Coordena e gere, de forma intersetorial e transversal, os Programas de Transferência de Renda (PTR) federais (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC; BPC na Escola; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI; Programa Criança Feliz) e estaduais (Renda Cidadã, Ação Jovem, São Paulo Amigo do Idoso e Renda Cidadã Benefício Idoso).

Coordenadoria de Ação Social: Orienta e apoia o trabalho técnico das Diretorias Regionais de Assistência Social e Desenvolvimento Social (Drads)* e dos municípios para implantação, qualificação e reordenamento de serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta Complexidade, ofertados em todo Estado. Participa da articulação entre os serviços, os programas e benefícios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE: Coordena, na gestão estadual, ações de vigilância socioassistencial. A CGE realiza o monitoramento, avaliação e disseminação de informações dos programas, serviços e benefícios da secretaria; gestão de cadastros; gestão do SUAS; ações para melhoria da gestão.

Coordenadoria de Política sobre Drogas – COED: Coordena e executa, em âmbito estadual, ações intersetoriais referentes ao Programa Recomeço, uma Vida sem Drogas.

Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional – COSAN: Coordena e executa ações estaduais relativas ao Programa Viva Leite e ao Programa Bom Prato.

Coordenadoria de Fundos e Convênios – CAFC: Coordena e executa ações estaduais de Gestão de Fundos e Convênios referentes à política de assistência social.

Ouvidoria da SEDS: Um canal aberto para informações, sugestões, elogios, reclamações e denúncias sobre a prestação dos serviços públicos, com o objetivo de buscar soluções e melhorias. E-mail: ouvidoria@desenvolvimentosocial.sp.gov.br

***Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS):**
Capital (São Paulo)/ Araçatuba (Alta Noroeste)/ Dracena (Alta Paulista)/ Presidente Prudente (Alta Sorocabana)/ Araraquara/ Avaré/ Santos (Baixada Santista)/ Barretos/ Bauru/ Botucatu/ Campinas/ Fernandópolis/ Franca/ Santo André (Grande São Paulo ABC)/ Mogi das Cruzes (Grande São Paulo Leste)/ Guarulhos (Grande São Paulo Norte)/ Osasco (Grande São Paulo Oeste)/ Itapeva/ Marília/ São João da Boa Vista/ Mogiana)/ Piracicaba/ Ribeirão Preto/ São José do Rio Preto/ Sorocaba/ Vale do Paraíba (São José dos Campos)/ Vale do Ribeira (Registro).

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEDS)

www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br

EDESP

GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Social

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO

BRASIL